



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
ICHS/DHIST - Departamento de História
Programa de Educação Tutorial em História (PET-HISTÓRIA)
Tutora: Professora Dra. Adriana Barreto de Souza



Seminário de Literatura e História do PET-HISTÓRIA-UFRRJ

Discente: *Joyce Cristina Machado Figueiredo*

Resenha do livro *Machado de Assis, historiador* de Sidney Chalhoub

O livro machado de Assis, historiador foi escrito por Sidney Chalhoub em 2003. Esse se estrutura em quatro capítulos: Paternalismo e escravidão em *Helena* (pp. 17-57); A política cotidiana dos dependentes (pp. 58-93); Ciência e ideologia em Memórias póstumas de Brás Cubas (pp. 94-130) e Escravidão e cidadania: a experiência histórica de 1871 (pp. 131-291). A proposta do livro é discutir a relevância da obra de Machado de Assis como historiador.

Argumento do capítulo I: sugere um modo de ler *Helena*, em que a percepção de Machado sobre a história social e política do Brasil na metade do século XIX, deve ser colocada no centro da narrativa. Ou seja, “(...) esse romance seria uma interpretação da sociedade brasileira durante o período de hegemonia do projeto saquarema – “o tempo saquarema”, na expressão cunhada por Ilmar Mattos. (...)”. Por isso, o primeiro capítulo inicia-se com a afirmação feita por Chalhoub, de que Machado escreve e reescreve a história do Brasil naquela época. Esta afirmação é defendida por dois críticos literários, com perspectivas diferentes: enquanto Robert Schwarz interpreta as obras machadianas como comentários estruturais, para John Gledson estas obras perseguiriam o movimento da história. Para Chalhoub uma visão completa a outra. Nesse mesmo capítulo, Chalhoub defende que *Helena* deve ser lida em sua dupla historicidade: 1850, ano em que se ambienta a obra; e 1876, ano de sua composição, aludindo também que entre esses anos existe a crise e o debate que levaram a aprovação da lei de 28 de setembro de 1871 (*Ventre Livre*).

Além disso, em *Helena*, Machado retrata a inviolabilidade da vontade senhorial que vê o mundo como expansão desta, assim como, não haveria nem antagonismos de classe, nem solidariedades horizontais entre os dependentes. Entretanto, *Helena* tenta fazer com que Estácio, detentor das prerrogativas senhoriais, relativize suas concepções de mundo, porém não obtem êxito. A menina conseguia entender e driblar a ideologia da ponta do nariz pela

duplicidade de sua posição senhora, por ser filha adotiva do poderoso conselheiro Vale; e dependente, por ser filha biológica do pobre e dependente, Salvador.

Uma grande crítica feita por Chalhoub a Schwarz, é que este afirma que a escravidão é um tema pouco ou nada presente nas obras de Machado. Desta forma, segundo Chalhoub isto ocorreu por três motivos: o modo de ler *Helena*; acepção de paternalismo e concepção de escravidão. Assim sendo, a escravidão, por exemplo, está presente em alguns momentos, para melhor retratar o lugar desta instituição no imaginário dos senhores, uma vez que as histórias se ambientam em propriedades agrícolas da Corte e seus personagens senhoriais são retratados através da lógica senhorial. Embora Chalhoub afirme que Schwarz foi quem mais fez para reinterpretar esse tema no “bruxo do Cosme Velho”¹. Além disso, convém ressaltar que a escravidão é essencial para manter esta lógica de dominação, seja na concessão das alforrias de escravos feita pelos senhores, mesmo quando os primeiros pagassem por elas; seja pelo temor, não infundado, dos dependentes em serem tratados como escravos.

Argumento do capítulo II: “*Machado de Assis, em vários escritos, testemunhou e analisou sistematicamente o ponto de vista do dominado — ou do dependente, ou do subalterno, ou seja, lá o que mais — em tais situações, que eram rotineiras e agudamente perigosas ao mesmo tempo*”. Devido a isto, Chalhoub dedica-se a analisar as estratégias para burlar e violar a inviolável vontade senhorial. Segundo Chalhoub, as políticas de dominação vigentes no Brasil oitocentista poderiam ser descritas como paternalista com alguns adendos. Destarte, a ideologia senhorial projetava uma “*imagem*” de uma sociedade com “*pontos de referência*”, ou seja, havia lugares sociais definidos a serem ocupados pelas pessoas. E tudo que estivesse fora destes lugares era rebeldia ou insubordinação.

Consequentemente, os dependentes usavam duas estratégias para lidar com esta ideologia: a) “*Vista pronta*” - “*capacidade de entender num relance os movimentos possíveis dos adversários*”, logo, Capitu e os vários dependentes penetram “*a lógica senhorial, [para] desvendá-la, e então interpretar corretamente as motivações e atitudes de seus antagonistas de classe*”; b) “*Paciência beneditina*” - “*é outro requisito para o xadrez político dos dependentes*” - “*fosse antes pelos meios brandos, pela ação do empenho, da palavra, da persuasão lenta e diuturna, e [examinar] antes as pessoas com quem [se podia] contar*”.

Em ambas vigorava a dissimulação, para que os dependentes conseguissem adquirir seus objetivos, uma vez que a ideologia senhorial não era confrontada diretamente, apesar de ter os alicerces de sua dominação corroídos. Outro elemento defendido por Chalhoub é que

¹ Alcinha dada a Machado de Assis.

Helena é reescrita em Iaiá Garcia, visto que Machado tinha um plano: seu objetivo era interpretar a “*história política e social do país entre aproximadamente 1850-1871, e as mudanças na arte política dos dependentes eram parte importante da história a ser contada*”. Além disso, Chalhoub também propõe que o conselheiro Vale retrata a geração que vivera entre as décadas de turbulência política de 1830 a 1840 (regências); e Estácio, a de 1850. Assim, o primeiro tem uma vida amorosa desregrada, enquanto o filho é casto.

Então, Chalhoub retorna o assunto sobre *Helena* retratar o auge da hegemonia saquarema, enquanto Iaiá Garcia expõe a decadência desse projeto político. Esta última obra demonstra a desconfiança dos senhores ante a atitude dos dependentes. E, para ratificar que esta inviolabilidade senhorial existia apenas na cabeça dos senhores, Chalhoub afirma que Brás e Dom Casmurro, representantes senhoriais, eram feitos de gato e sapato por mulheres, respectivamente, Eugênia e Capitu, que segundo a lógica senhorial, eram dependentes. Ao terminar o capítulo, Chalhoub equipara a maneira de analisar a política com a de escrever de Machado, que apesar de não explicitar qual a sua concepção de literatura, é enfático em criticar a seguida por Eça de Queirós, pelo excesso de transparência em suas obras, tornando-as previsíveis. Portanto, Gledson, citado por Chalhoub, propunha que Machado buscava o movimento histórico, não sendo nem superficial nem evidente, analisando o método de atuação dos dependentes dando-lhes vida, alcançando a “*expectativa de seus leitores/senhores*”, enquanto dizia as verdades que queria sobre essa sociedade.

Argumento do capítulo III: “*Brás busca articular a política de domínio paternalista, sob fogo cerrado nos anos 1870, com aspectos da onda de ideias cientificistas europeias do tempo — especialmente no que tange ao darwinismo social como forma de explicar a origem e a reprodução das desigualdades*. Para tanto, no terceiro capítulo, Chalhoub retorna a alegoria do nariz, uma vez que relata a argumentação de Brás, na qual o nariz serviria para o homem conseguir a sublimação ao contemplar o universo, através da ponta do nariz. Chalhoub interpretou esta piada a seu modo, dotando-a de sentido histórico, visto que Brás continua a ter experiência histórica apesar de morto.

Assim, o modo de ler Machado, ajuda a compreender melhor o livro, que depende da análise dos modos como ele entende a história do Brasil e do Ocidente, na fixação de Brás como narrador de *Memórias*. Desta forma, Brás morreria, hipoteticamente, em 1880, enquanto narra eventos ocorridos entre o início do século XIX até a década de 1860. Logo, há eventos importantes ocorridos entre a morte de Brás e o início de seu relato, referindo-se a década de 1870 (crise da ideologia senhorial). Deste modo, “*Brás ruminou a transição da filosofia do nariz paternalista para a metafísica do nariz científico*”.

Em seus relatos, Brás aponta para três traços dessa sociedade senhorial: apadrinhamento (a primeira coisa que Brás aprendera fora o nome de seus padrinhos); proximidade com o mundo do governo (dimensões simbólicas do poder) e cabedais e propriedades (trabalhar era verbo defectivo e inconjugável para os senhores). Chalhoub faz uma ressalva, pois, se a lei antitráfico de 1830 fosse respeitada milhares de africanos e seus dependentes estariam livres, no entanto, com a conivência das autoridades imperiais, os “*senhores de coisas e pessoas*” continuavam a traficar, sendo esta atividade extinta com a lei de 1850. Entretanto, Brás sonhava em prolongar o tráfico, porém, neste mesmo ano, a defesa dessa instituição não seria mais possível, embora, ele e seus pares quisessem e tivessem vontade para isto.

Concluiu-se que a visão política de Brás é fraturada, pois, percebendo que a legitimação do poder senhorial ruía, ainda tinha apego a privilégios e poder, pretendendo adequar as ideologias de dominação ao processo de emancipação dos escravos e, por conseguinte, as mudanças nas relações de trabalho dos anos de 1870 a 80. Para Chalhoub, o episódio sobre a borboleta negra destaca alguns aspectos. Primeiro - nela está presente “*hábitos e visões de mundo senhoriais de modo semelhante àquela anedota sobre narizes*”; segundo - Brás “*propõe que subordinados reproduzem a sua visão de mundo*”, isto é, “*os próprios dependentes acreditavam que existiam para servi-lo*”. Assim como, o episódio de superstição corroborava a visão de Brás, na qual ele era superior por ser racional, filosófico e científico, enquanto os demais eram “*supersticiosos, logo inferiores*”. Portanto, a superstição de d. Plácida x a racionalidade de Brás, são a ilustração da “*natural*” inferioridade dos dependentes.

Entretanto, é quando Brás tenta se convencer que Eugênia não era digna de um “*galho ilustre da árvore dos Cubas*”, que ele demonstra o seu preconceito de classe, pois, assim como a negritude da borboleta, o defeito congênito da garota são “*características naturais, e não atributos sociais*”. Consequentemente, elas eram inferiores natural ou biologicamente, tornando-as “*incapazes de enfrentar as lutas necessárias da vida*”. Unindo a superioridade de classe e a natural, Brás enxota Eugênia, a “*bela manca*”. Para tornar Eugênia imprópria para o matrimônio, Brás usufrui de temas recorrentes tanto na ideologia senhorial, quanto nas representações científicas de que “*vida é luta*”. Além disso, Chalhoub expressa diversos trechos de algumas obras de Machado, em que estão presentes ideias similares as de Darwin, Comte e outros autores; após os trechos, Chalhoub adverte que apesar da repercussão e aceitabilidade do público brasileiro a essas idéias, Machado destoou de seus contemporâneos, criticando-as.

Posteriormente, Chalhoub cita Gledson para revelar um tema que surge em *Papéis avulsos*. Nesta obra, Machado preocupa-se com a identidade nacional. Esta proposição é aceita por Chalhoub, porque fazia alusão a crítica de políticos e intelectuais brasileiros, o problema era os caracteres populacionais, devido a mestiçagem, e também ao legado da escravidão, que é um “*povo indolente*” e não apto ao trabalho. Ou seja, uma “*nação doente mesmo degenerada*”:

“(…) Por conseguinte, a reprodução biológica “higiênica” tornara-se crucial para o futuro da espécie humana. Além disso, outros significados haviam aderido aos narizes. (...) Difundia-se a ideia de que a aparência e o tamanho dos narizes marcavam superioridade ou inferioridade racial. (...) Naquele início da década de 1880, de fato, Machado parecia perplexo com o esforço de políticos e intelectuais brasileiros para enfatizar em solo pátrio tais derivações racistas do darwinismo social (...)”. (CALHOUB, 2003, pp. 129)

Argumento do capítulo IV: “*a experiência histórica de 1871 ajudou a delinear uma nova personagem literária: Machado de Assis*”. Logo, Chalhoub diz que tentou mostrar que o processo histórico de 1871, e suas consequências, centralizavam a concepção de “*Helena, Iaiá Garcia, Memórias Póstumas de Brás Cubas e Dom Casmurro*”, além do conto *Mariana*. Deste modo, no quarto capítulo, Chalhoub expressa que as nuances entre escravidão e liberdade eram enfatizadas nas obras machadianas, sobretudo na limitação dessa liberdade numa sociedade paternalista, em que vigorava laços de dependência pessoal reproduzidos, e esta política dramatiza o processo de emancipação dos escravos que estava em voga: “*Escravidão e paternalismo, cativo e dependência pessoal, pareciam duas faces da mesma moeda*”, deste modo, o conto *Mariana* era documento do impasse histórico e visão da crise que perpassava a sociedade.

No entanto, o autor afirma que em 1850 foi o ano de conciliação dos partidos conservador e liberal e o apogeu da ideologia senhorial escravista brasileira. Enquanto, 1871, ano de publicação desse conto, ascendeu ao poder o gabinete chefiado pelo visconde de São Vicente, “*autor de estudos iniciais e redator de projetos de leis de emancipação gradual norteados pela ideia do ventre livre*”. Além disso, a narrativa revela os “*sofrimentos e as tragédias*” que o senhor de escravo causara aos seus escravos e dependentes livres, sentindo “*cinco minutos de remorsos*”, para voltar a serem “*predadores sociais e sexuais*”.

Para Chalhoub, Machado parecia sugerir que o problema da escravidão deveria ter intervenção estatal, para que o poder privado dos senhores fosse submetido ao público através da lei, para que se supere a instituição da escravidão. Com este intuito, D. Pedro II pediu para que uma comissão de conselheiros estudasse e formulasse um projeto para emancipação dos escravos. Obviamente, o projeto sofreu uma resistência tenaz, na qual a principal crítica era a

intromissão do imperador sobre uma propriedade que não lhe pertencia. Outros tentaram postergar o debate público sobre a emancipação gradual, com artifícios e embustes caracterizados como “*a arte de bordejar*”.

E, justamente, através dessa arte que a redação final do projeto ficou bastante alterada em relação a versão enviada ao parlamento pela comissão, sobretudo, com expressões que tolhiam os ‘direitos’ dos senhores. Vale lembrar que a pressão do isolamento do Brasil na questão do elemento servil, fora preponderante para o início dos debates de emancipação, surgindo diversos projetos para este fim. Um dos aspectos da lei de 1871 mais controversos foi a realização da matrícula. A qual todos os escravos deveriam ser matriculados em um prazo estabelecido até o final de setembro de 1871, e os escravos não matriculados seriam considerados livres; e a fiscalização estaria incumbida ao Ministério da Agricultura.

Desta maneira, Chalhoub propõe que a atuação de Machado como funcionário resumia a “doutrina” da segunda seção, que favorecia aos escravos, quando a causa era a liberdade. E, foi a partir desta atuação que Machado poderia utilizar como matéria-prima de suas obras. A lei também criava dois tipos de filhos da mulher escrava: os que ficariam tutelados pelos senhores de suas mães, e aqueles que, ao completarem oito anos, passariam aos cuidados do Estado ou das casas de expostos. Outra controvérsia foi a nomenclatura dos “filhos livres da mulher escrava”. Se libertos, teriam sua cidadania restringida. Se ingênuos, usufruiriam plenamente a cidadania. A solução foi deixar a decisão para depois da aprovação da lei de 28 de setembro de 1871.

Cerca de 10 anos depois desta lei, inicia-se o projeto para a reforma eleitoral, na qual poderia votar apenas homens, maiores de 21 anos, detentores de certa quantia e alfabetizados. E, este último quesito excluía ex-escravos e seus descendentes de votar nos processos eleitorais. Alguns defendiam que o governo imperial devia “inverter a fórmula”, ou seja, primeiro se alfabetizaria, posteriormente, excluir os analfabetos dos processos eleitorais. Contudo, Machado era defensor da instrução pública para as novas gerações e, assim como outros liberais antigos, acabaram por desiludir-se ao “rumo tomado pelos liberais”, uma vez que a reforma foi efetivada nos moldes, que restringiam a cidadania dos ex-escravos e seus descendentes, em suma analfabetos, até porque a instrução dos filhos livres da mulher escrava não fora planejada. Entretanto, para Chalhoub, o contexto surgido com a crise da sociedade senhorial e paternalista, a partir de 1871, serviu para fomentar as obras literárias de Machado.

DADOS BIOGRÁFICOS DE MACHADO DE ASSIS

Joaquim Maria Machado de Assis nasceu em 1839, se destacando principalmente no romance e no conto, embora tenha escrito crítica literária, crônicas, peças de teatro e quatro livros de poesias: *Crisálidas*, *Falenas*, *Americanas* e *ocidentes*. Os primeiros romances, *Ressurreição*, *A mão e a luva*, *Helena* e *Iaiá Garcia*, ainda tinham traços românticos. Com *Memórias póstumas de Brás Cubas*, tem início sua fase realista, na qual revela seu talento na análise do comportamento humano, descobrindo, por trás dos atos aparentemente bons e honestos, a vaidade, o egoísmo e hipocrisia. A vida em sociedade surge como uma espécie de campo de batalha em que os homens lutam para gozar uns poucos momentos de prazer e satisfazer seus desejos de riqueza e ostentação, enquanto a natureza assiste ao drama humano com indiferença. Essa fase realista continua com os romances *Quincas Borba*, *Dom Casmurro*, *Esaú e Jacó* e *Memorial de Aires*. No século XIX, o conto brasileiro atingiu seu ponto mais alto com Machado, que escreveu obras-primas de análise psicológica e social, como “O enfermeiro”, “A cartomante”, “A Igreja do Diabo”, “O alienista”, “Pai contra Mãe”, “A causa secreta”, “O espelho”, entre outros².

❖ **A GERAÇÃO DE 1870**

Machado de Assis está inserido numa parcela intelectual chamada de Geração de 1870, mas a mesma não era coesa. Porém, esse autor criticou muitos dos seus integrantes pela crença exacerbada na ciência. Entretanto, a oposição ao governo saquarema (conservador) e alguns pilares do Império unia a maior parte dos integrantes desta geração. Lembrando que foi através da Revolução Praeira³ que o gabinete conservador ascende ao poder, em 1848, e de forma quase ininterrupta fica até 1868⁴.

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis, historiador. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 2003.

BIBLIOGRAFIA AUXILIAR

CARVALHO, Marcus J.M. de. Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praeira, Recife, 1848-1849.

² SARMENTO, Leila Lauar; TUFANO, Douglas. PORTUGUÊS: Literatura, Gramática e Produção de Texto. 1ª edição. São Paulo: ed. Moderna, 2004. (pp. 105).

³ CARVALHO, Marcus J.M. de. Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praeira, Recife, 1848-1849.

⁴ MISKOLCI, Richard. Machado de Assis, o *outsider* estabelecido. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 15, jan/jun 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/soc/n15/a13v8n15.pdf>>. Acessado em 14 ago 2011.

MISKOLCI, Richard. Machado de Assis, o *outsider* estabelecido. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n° 15, jan/jun 2006. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/soc/n15/a13v8n15.pdf>>. Acessado em 14 ago 2011.

SARMENTO, Leila Lauer; TUFANO, Douglas. PORTUGUÊS: Literatura, Gramática e Produção de Texto. 1ª edição. São Paulo: ed. Moderna, 2004. (pp. 105).